



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ  
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150  
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

**LEI Nº 1.419, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2016.**

**Estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Vera Cruz para o exercício financeiro de 2017.**

A Prefeita Municipal de Porto Vera Cruz, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1.º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2017, compreendendo:

I — o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta.

II — o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Direta e a ele vinculado.

## **CAPÍTULO II**

### **DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

#### **Seção I**

##### **Da Estimativa da Receita**

**Art. 2.º** A receita orçamentária total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 13.151.120,83 (treze milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e vinte reais e oitenta e três centavos) de acordo com o seguinte desdobramento:

I — R\$ 8.272.646,94 (oito milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos) do Orçamento Fiscal; e

II — R\$ 4.878.473,89 (quatro milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e nove centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 3.º** A estimativa da receita por Categoria Econômica será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação vigente e de acordo com o desdobramento constante do Anexo I.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ  
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150  
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

## Seção II

### Da Fixação da Despesa

**Art. 4.º** A Despesa total fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 13.151.120,83 (treze milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e vinte reais e oitenta e três centavos) distribuída nas Categorias Econômicas e respectivos Grupos de Natureza da Despesa, constantes do Anexo I, segundo o seguinte desdobramento:

I — R\$ 9.102.018,17 (nove milhões, cento e dois mil, dezoito reais e dezessete centavos) do Orçamento Fiscal; e

II — R\$ 4.049.102,66 (quatro milhões, quarenta e nove mil, cento e dois reais e sessenta e seis centavos), do Orçamento da Seguridade Social.

## Seção III

### Da Distribuição da Despesa por Órgão

**Art. 5.º** Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o art. 30 da Lei Municipal nº 1.410, de 24 de outubro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, e com o art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 6.º** A Despesa Total, fixada por Função, Subfunção, Projetos, Atividades, Poderes, Órgãos, a Consolidação dos Quadros Orçamentários e o Demonstrativo por Órgão e programas de trabalho apresenta desdobramento no anexo 2.

## Seção IV

### Da Autorização para Abertura de Crédito

**Art. 7.º** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada, para transposição, remanejamento ou transferência de recursos, com a finalidade de suprir insuficiências dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, respeitadas as prescrições constitucionais e os termos da Lei Federal n.º 4.320, de 1964, mediante a utilização de recursos provenientes de:

I — anulação parcial ou total de dotações;

II — incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço; e

III — excesso de arrecadação.

**Parágrafo único.** Excluem-se da base de cálculo do limite autorizado no *caput* deste artigo os valores correspondentes à amortização e encargos da dívida e as despesas financiadas com operações de crédito contratadas e a contratar.

**Art. 8.º** O limite autorizado no art. anterior não será onerado quando o crédito suplementar se destinar a atender:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ  
Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150  
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz - RS

- I — insuficiências de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 — Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;
- II — pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, amortização, juros e encargos da dívida;
- III — despesas financiadas com recursos vinculados, operações de crédito e convênios;

### **CAPÍTULO III**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 9º.** A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica limitada aos efetivos recursos assegurados.

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

**Art. 11.** As transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal estarão disponíveis até o dia 20 de cada mês.

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos previstos nesta Lei, bem como a oferecer as contra garantias necessárias à obtenção de autorização do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

**Art. 13.** O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 14.** Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante das receitas, despesas, resultados primário e resultado nominal previsto nos demonstrativos referidos nos incisos I, II e III do art. 2º da Lei Municipal nº 1.410, de 24 de outubro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2017, em conformidade com disposto no § 2º do mesmo artigo.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeita Municipal de Porto Vera Cruz, em 16 de dezembro de 2016.**

**VANICE HELENA ANDRADE DE MATOS**  
**Prefeita Municipal**

**Registre-se e Publique-se.**  
**Em 16 de dezembro de 2016.**

**Giancarlos Tizian**  
**Secretário Mun. de Administração**